



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA VIGÉSIMA NONA (29ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto;
Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos nove dias do mês de setembro do ano dois mil e treze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto; Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Vigésima Nona (29ª) Sessão Ordinária do Primeiro (1º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 06 de setembro de 2013. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Benedito José do Couto (01), Cinoê Duzo (02), Daniel Gasparini dos Santos (03), Daniela Dalben Mota (04), Dayane Amaro Costa (05), João Antonio Pires Gonçalves (06), Jorge Setoguchi (07), Laércio Rocha Pires (08), Leonardo David Zaniboni (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Márcia Róttoli de Oliveira Masotti (14), Professora Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 106 da citada Resolução, convidou



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

o Vereador Leonardo David Zaniboni para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário as Atas da Vigésima Oitava (28^a) Sessão Ordinária e Sexta (06^a) Sessão Extraordinária, realizadas ambas em 02 de setembro de 2013, as quais, depois de achadas conformes e aprovadas, foram devidamente assinadas pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 123, de 2013, de autoria do Vereador Laércio Rocha Pires, “instituído o Dia da Guarda Civil Municipal, no Município de Mogi Mirim, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 124, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 76/2013, datada de 02/09/2013, objeto do Ofício nº 76/2013, de igual data, “dispondo sobre incorporação, ao perímetro urbano do Município de Mogi Mirim, de área de terreno de propriedade de Itaquí Participações Ltda., e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme reza o Artigo 49, § 1º, do Regimento Interno vigente); 3. Projeto de Lei nº 125, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 78/2013, datada de 02/09/2013, objeto do Ofício nº 78/2013, de igual data, “dispondo sobre incorporação, ao perímetro urbano do Município de Mogi Mirim, de área de terreno de propriedade de Paulo Aparecido Rodrigues, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme reza o Artigo 49, § 1º, do Regimento Interno vigente); 4. Projeto de Lei nº 126, de 2013, de autoria do Vereador Laércio Rocha Pires, “obrigando donos de cães a recolherem as fezes dos seus animais de estimação das vias e logradouros públicos”; (ao exame das Comissões Permanentes); 5. Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2013, do Sr. Vereador Benedito José do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Couto, “concedendo o Título de Cidadão Mogimiriano ao senhor Adelane Vicente de Oliveira”; (ao exame das Comissões Permanentes); 6. Balancete Contábil e Relatórios da Receita e Despesa Mensal do Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE de Mogi Mirim, “referente ao mês de julho de 2013”; (à Comissão de Finanças e Orçamento). Ainda com os Ofícios n.ºs. 76 e 78/2013 o Senhor Prefeito Luís Gustavo Stupp solicitou fossem os Projetos de Lei n.ºs. 124 e 125/2013 apreciados em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): n.º 592, de 2013, do Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, encaminhando-lhe minuta de projeto de lei, que dispõe sobre avaliação, prevenção e tratamento dentário dos alunos da rede municipal de Mogi Mirim”; n.º 593, de 2013, do Sr. Vereador Cinoê Duzo, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, encaminhando-lhe minuta de projeto de lei, intitulado “Domingo de Lazer no Zerão”; n.ºs 594, 595 e 596, de 2013, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, encaminhando-lhe minuta de projeto de lei, que dispõe sobre a criação do Banco Municipal de Remédios”, “seja oficiado o Sr. Prefeito Municipal, para que informe sobre quais os critérios para instalação de hidrantes, bem como para a sua localização no Município” e “seja oficiado o Sr. Prefeito Municipal, para que informe sobre quais os critérios utilizados para distribuição de glicosímetros (insumo para portador de Diabetes) no Município”; n.ºs 597, 598, 599, de 2013, do Sr. Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, reiterando-lhe resposta o que pede a Indicação n.º 604/2013, de 05/08/2013”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Gustavo A. Stupp, requerendo-lhe resposta a respeito de minuta de projeto de lei já encaminhada, que solicita a criação do Fundo Municipal de Bem Estar Animal e Saúde Pública, objeto do Requerimento nº 124/2013” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, para que informe acerca de novas contratações para o defasado quadro de efetivos da Guarda Civil Municipal”; nºs 600 e 601, de 2013, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, para que junto da Secretaria de Obras e Planejamento, responda se existem estudos para viabilização de uma rotatória na Rodovia Dr. Amador Jorge de Siqueira Franco, na entrada das Chácaras São Marcelo” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, reiterando-lhe resposta o que pedem a Indicação nº 528/2013 e os Requerimentos nºs 206 e 298/2013, sobre quais providências estão sendo tomadas para reparo das péssimas condições da malha asfáltica das ruas do Parque da Imprensa, principalmente na Avenida Governador Ademar de Barros, bem como Rua Leonor Cardoso Faria e travessas da Avenida Alcindo Barbosa”. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES**, endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: nº 757, de 2013, do Sr. Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, sugerindo, “estudos para elaboração de um cronograma para a coleta de lixo e entulhos no Residencial Floresta”; nºs. 758, 759 e 764, de 2013, do Sr. Vereador Jorge Setoguchi, sugerindo, respectivamente, “estudos para limpeza do Córrego Lavapés”, “estudos para reforma da ponte sobre a linha férrea, na Avenida Expedito Quartieri” e “viabilize operação ‘tapa-buracos’ na Rua Goitacás, no Bairro Mogi Mirim II”; nº 760, de 2013, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, sugerindo, “limpeza dos bueiros, localizados na Rua Sargento PM José Benedito dos Santos, no Bairro SEHAC”; nºs 761 e 762, de 2013, do Vereador Leonardo David Zaniboni, sugerindo, respectivamente, “estudos para melhoria na iluminação e infraestrutura da Praça José Fernandes Filho”



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

e “melhorias na iluminação do Núcleo Integrado de Atividade Social – NIAS”; nº 763, de 2013, do Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, sugerindo, “construção de um velório municipal, no Distrito de Martim Francisco”; nº 765, de 2013, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, sugerindo, “estudos para implantação de mão única de direção na Rua Albertino Leite, no Parque da Imprensa”; nº 766, de 2013, da Sra. Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, sugerindo, “estudos para manutenção asfáltica das Ruas Madre Pura e Madre Cândida Maria de Jesus”; nºs. 767 e 768, de 2013, do Sr. Vereador Daniel Gasparini dos Santos, sugerindo, respectivamente, “revitalização da Praça Chico Mendes e sua quadra de esportes” e “revitalização da Praça Harmonia e Justiça, no Jardim Flamboyant, bem como sua quadra de esportes”; nº 769, de 2013, do Vereador Benedito José do Couto, sugerindo, “estudos para implantação de um Centro Médico Infantil em Mogi Mirim”. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): nº 143, de 2013, da Vereadora Senhorita Dayane Amaro Costa, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de congratulações e aplausos para com a Secretária Municipal da Gestão Social, Beatriz Marangoni Bueno e com os membros do Conselho Gestor da Biblioteca Municipal, pela realização do evento B.Cult – Amor e Vermelho, ocorrido em 27 de agosto último, na Biblioteca Municipal”; nº 144, de 2013, do Vereador Luís Roberto Tavares, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de congratulações e aplausos para com a Diretoria do CEBE – Centro de Educação Benjamim Quintino – Guarda Mirim de Mogi Mirim, pela inauguração de sua nova sede, no dia 30 de agosto de 2013”; nº 145, de 2013, da Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de congratulações e aplausos para com o Subprefeito de Martim Francisco, Marcos Bento Alves de Godoy, pelo resgate e realização do Desfile Cívico de 7 de Setembro no Distrito de Martim Francisco”; nº



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

146, de 2013, do Sr. Vereador Benedito José do Couto, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de profundo pesar pelo passamento da menina Vitória Gabrielly de Souza Barbosa, ocorrido em 04 de setembro do corrente”. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs. 936, 943, datados de 29 de agosto e 02 de setembro de 2013, subscritos pelo Senhor Prefeito Municipal, respectivamente, “respondendo a respeito da Indicação nº 687/2013 e Requerimento nº 564/2013, desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores); Ofício nº. 210184, de 2013, datado de 02 de setembro do corrente, subscrito pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, “comunicando a liberação de recursos financeiros”; (arquive-se); Telegramas referências: nºs. 000508, 006805, 009946, de 2013, datados de 02 de setembro do corrente, subscritos pela Secretaria Executiva do Fundo Nacional da Saúde do Ministério da Saúde, “comunicando a liberação de recursos financeiros”; (arquive-se). Não havendo mais proposições ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Como os primeiros inscritos, Vereadores Dayane Amaro Costa e Daniel Gasparini dos Santos, desistissem da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que se manifestou acerca da imprensa local, especificamente, em relação à nota, publicada no jornal A Comarca, a qual denominava “o todo-poderoso”, fazendo menção a uma sua fala, em tribuna, quando o Vereador havia dito que não visitaria a Santa Casa de Misericórdia com dia e horário agendados, pois preferia chegar ao hospital de surpresa, para fazer a fiscalização. Narrou, inclusive, um fato do passado próximo, quando ele aguardara por quarenta minutos saber da escala médica, e ninguém lhe fornecia o nome do médico plantonista, envolvidos nesta ocasião também, a enfermeira chefe Patrícia e o médico João Paulo Frazon. “Eu permaneci



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

por quarenta minutos na Santa Casa, porque eu queria saber quem eram os médicos da escala e seu expediente e, depois de todo este tempo, vem o médico João Paulo Frazon dizer que era ele na escala, quando sabemos que não, motivo pelo qual fomos todos para a Delegacia de Polícia e razão pela qual também, apresentei projeto de lei, obrigando afixação da escala dos médicos em local visível, no atendimento”, explicou. Dirigindo-se à imprensa local, o Vereador mostrou o Boletim de Ocorrência, lavrado na ocasião, explicando que nele nada havia a respeito de abuso de autoridade, algo que fora ventilado pela imprensa, a respeito do Vereador, motivo pelo qual o Vereador Waldemar Marcurio rogou aos membros da imprensa presentes que, quando de denúncias, ou suspeitas, buscassem ouvir os dois lados da história, lembrando ainda, que a Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim dava ao Vereador o amparo legal, para vistorias e visitas supervisionadas às entidades que recebiam dinheiro público. “De uma vez por todas, peço aos membros da imprensa, os quais têm todo o meu respeito, que procurem se informar corretamente das atitudes deste Vereador, porque eu fui à Santa Casa, a pedido de munícipes, e minha obrigação é fiscalizar, então, eu respeito os jornais da cidade, mas procurem, realmente, indagar sobre as informações corretas”, completou. Para finalizar, o Vereador comentou o trabalho da Comissão Especial para o Consórcio Intermunicipal de Saúde 08 de Abril, da qual era o Presidente, afirmando que a comissão já havia levantado algumas irregularidades. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares, que abordou questões relativas às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAEs. Disse que havia visitado a APAE local, para conhecer as múltiplas funções dos vários profissionais lá atuantes, tais como, médico, professores e pedagogos; que havia levado ao conhecimento da direção da APAE de Mogi Mirim a Moção de Repúdio da Câmara, aprovada por unanimidade, contra o fechamento das APAEs no Brasil; que pretendia, ao lado do movimento, uma mobilização regional, somando a outras regiões do Estado,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

almejando um grande ato em Brasília, Capital Nacional, contra o fechamento das APAEs, e que, havia estado em São Paulo, na última sexta-feira, ao lado do Vereador Jorge Setoguchi e de membros da APAE local, para entrega de um veículo, tipo van, para quatro pessoas com deficiência e seis acompanhantes, doação do Governo de São Paulo à todas as APAEs do Estado, inclusive, para a de Mogi Mirim. Para finalizar, o Vereador do PSDB disse que a doação da van à APAE local era uma notícia muito boa. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo, que desde logo cumprimentou os alunos do Colégio Objetivo, presentes às galerias, sob a coordenação do professor Josmar Aparecido Souza, dando, inclusive, os parabéns ao professor, alunos e à instituição, pela iniciativa da visita, haja vista a importância da participação política desde tenra idade. Prosseguindo, o Vereador retomou dois assuntos de sua preferência, o primeiro, o descaso com o transporte público em Mogi Mirim, principalmente, o descaso para com a população que se aglutinava no ponto de ônibus, localizado na Rua Conde de Parnaíba, ponto sem condições, onde as pessoas, muitas delas senhoras e crianças, ficavam mal acomodadas, esperando pelo ônibus sob o sol, num calor de quarenta graus, ou sob a chuva, sem mencionar a total falta de segurança do local. “E o governo municipal não faz nada para melhorar aquele lugar, que é o principal ponto de ônibus, no centro da cidade, mesmo depois de nove meses de administração”, completou. O Vereador criticou a falta de um terminal urbano para o transporte público, criticando também a ideia do Prefeito de instalar um miniterminal no terreno do antigo casarão Tavares Leite, na esquina da Praça Floriano Peixoto – Jardim Velho, porque era sugestão inadmissível, uma área particular que necessitaria de desapropriação, quando no Espaço Cidadão, que era a sugestão do Vereador para local de instalação de um miniterminal, existia um espaço logisticamente perfeito e adequado. “E o Prefeito sequer se manifesta sobre este problema real da população – a falta de um terminal de ônibus urbano – quando temos que ser sensíveis aos problemas do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

próximo, pessoas que não têm tanta facilidade de ir e vir como nós temos”, explanou. O segundo assunto objeto de críticas do Vereador foi a questão do meio ambiente e do Complexo Lavapés. O Vereador lembrou que havia apresentado sugestão de revitalização daquele logradouro, propondo, inclusive, o fechamento do perímetro do complexo com alambrados, para um melhor controle de entradas e saídas de populares. “As pessoas não colocam sequer o lixo na lixeira e, em relação à academia ar livre, estou solicitando que a administração cerque aquela área, com alambrado, para proteção contra vândalos, porque se ficarmos insensíveis aos pequenos problemas, não teremos reação quando depararmos com os grandes problemas”, expôs. Por fim, falou a respeito da Feira do Brás, ou Feira da Madrugada, feira de confecções de comerciantes do bairro paulistano Brás, que apesar de não ter alvará do Chefe do Executivo, havia se realizado, no bairro Maria Beatriz, num barracão particular, de propriedade do Gerente de Cultura, André Mazon, comissionado, que conseguira uma liminar, garantindo a realização do evento. “Ora, diante desse problema, ficou claro e transparente a falta de comando no Governo Municipal, pois ninguém sabe quem manda, numa verdadeira Torre de Babel, nove meses de pura incompetência”, concluiu, encerrando sua participação. Ato contínuo, como a Vereadora Daniela Dalben Mota desistisse da palavra, fez uso da mesma, na sequência, a Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, que usou da palavra para lembrar aos membros do Poder Executivo a existência de um processo, em andamento, relativo à planilha de custos para o cálculo da passagem dos ônibus circulares. “O jornal publicou que seria feita uma sindicância, mas até agora não temos a menor ideia de como está seguindo a tal sindicância, ou o que está sendo levantado, e eu creio que as coisas devam ser feitas às claras, mesmo porque eu solicitei que fossem tomadas providências, de modo a, no mínimo, punir a Viação Santa Cruz, que nos forneceu documentos, com dados errados, quem sabe também, retornando o preço da passagem ao valor anterior”, destacou. A seguir, a Vereadora Luzia Nogueira também estranhou que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

o Prefeito não estivesse em contato com os servidores municipais, para discussão do projeto de mudança de regime trabalhista dos funcionários públicos de Mogi Mirim, haja vista ser este um pedido constante na Câmara Municipal. “Só temos notícias através da imprensa, que fala com os secretários, com os gerentes, mas nunca com o Chefe do Executivo, e que, coloca sempre, que só há interesse da administração para com o regime estatutário, como estampado neste final de semana, onde se leu que “esta é a melhor saída para o servidor”, afirmou. A Edil perguntou que, se esta era a melhor saída para o servidor, por que ele, o Prefeito, não aparecia para conversar e dialogar com o servidor na sede do sindicato? A Vereadora afirmou que tal atitude lembrava os autoritarismos do passado, que haviam se provado desastrosos para os servidores, e lembrou que havia audiência pública para discussão do assunto, agendada para o próximo dia 25 de setembro, no Plenário da Câmara, e que, esperava os membros da administração viessem para o diálogo, sem ‘cartas marcadas’, na intenção de acatar o desejo do funcionalismo, fosse ele qual fosse. O próximo orador a fazer uso da palavra foi o Vereador Luís Antonio Guarnieri que, inicialmente, relatou viagem à cidade de Amparo, acompanhando dos Edis Márcia Róttoli Masotti e Osvaldo Aparecido Quaglio, para agenda de reunião com o Bispo Diocesano, Dom Pedro Carlos Cipollini, e alguns membros da Cúria Diocesana, objetivando discussões relativas à saída do Educandário Nossa Senhora do Carmo de prédio de propriedade da Igreja Católica Apostólica Romana, em Mogi Mirim. O Vereador afirmou que a conversa havia sido proveitosa e que a Igreja Católica havia emitido nota oficial de esclarecimento sobre o caso, publicada nos jornais da imprensa local, no último final de semana, salientando, ainda, que à grei mogimiriana restara apenas criar condições para que o Educandário pudesse construir sua sede, em outro local. Com relação à Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, o Vereador do PT relatou a reunião que fora feita com os membros da Mesa Diretiva do hospital, intermediada que foi pela Vereadora Daniela Dalben Mota,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

quando a direção do hospital havia prestado esclarecimentos sobre a real situação da Santa Casa, numa conversa muito boa, apresentando o trabalho que desenvolviam no tocante à redução de custos. Todavia, lembrou o Edil, apesar de todo o trabalho, permanecia o déficit de, aproximadamente, trezentos mil reais/mês, levando o Vereador a se preocupar e a afirmar que era de suma importância a urgente solução da crise. Ainda falando sobre a Santa Casa, o Vereador Luís Antonio Guarnieri deu ciência a todos da existência de verba, oriunda de emenda parlamentar, proposta pelo Deputado Estadual Zico Prado, do PT, no valor de quarenta e cinco mil reais, a serem destinados à Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, no final do mês corrente. O Vereador relatou também, que havia se encontrado com Bino Mantovani, antigo integrante da Mesa da Santa casa, atualmente prestador de serviço para a administração municipal, na área da saúde, e que, a conversa mantida girara em torno dos assuntos relativos ao hospital. “Eu fui tomar café da manhã em seu escritório e acabou checando a outra parte da moeda, já que ele e Gustavo Davoli fazem um trabalho de consultoria para a Secretaria Municipal de Saúde, e achei interessante a conversa, razão pela qual solicitei a ele que procedesse da mesma forma para com os demais Vereadores e, então, temos agendada uma conversa para o dia 19 de setembro, com o Bino e o Gustavo, proprietários da consultoria em saúde, para os Edis que desejarem, a fim de que possamos ouvi-los e entender um pouco mais o que se passa na Santa Casa, na Comissão da Saúde, objetivando uma visão ampla dos problemas, já que, como mencionei, há um déficit de trezentos mil reais/mês”, aclarou. Para encerrar sua fala, o Vereador comentou sobre a Feira do Brás, afirmando que o evento fora de um total desencontro, com pessoas ligando, preocupadas, sem saberem como proceder, e que, nem mesmo o Gabinete do Prefeito, sua assessoria direta, sabia dar informações, com exatidão, do que estava ocorrendo. “Acima de tudo, temos que ter administração e se não temos isso, nem dentro de casa, principalmente, numa prefeitura do tamanho da nossa, onde



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

vamos parar?”, inquiriu o Vereador petista, encerrando sua participação. A seguir, fez uso da palavra a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, primeiramente, desejando as boas vindas aos alunos da Escola Objetivo, presentes às galerias. Na sequência, relatou visita que fizera, com o Prefeito Luís Gustavo Stupp, ao Data Center Itaú/Unibanco, em São Paulo, afirmando que retornara do encontro muito animada e com expectativas, diante da real possibilidade de implantação da Internet gratuita em Mogi Mirim, trabalho do Governo Stupp conjunto ao do Data Center Itaú/Unibanco. Explicou que o Data Center Itaú/Unibanco já tinha idealizado um trabalho de revitalização do Complexo Lavapés, com projeto de instalação de pontos de Internet gratuita, espalhados pelo complexo e também, previsão para outros logradouros em Mogi Mirim, segundo uma sua solicitação. “Esta ideia do Governo Stupp é uma ideia que já está quase dando frutos e espero que até o mês de dezembro possamos comemorar mais esta vitória”, completou. A Vereadora informou que o Data Center já estava executando ações sociais na cidade, tais como, ajuda para a Banda Lyra Mogimiriana e para a Santa Casa, mencionando ainda, a existência de alguns projetos voltados para o ensino fundamental e médio, como um centro de processamento de dados, preparado para receber a visita de pequenos grupos, a fim de que os estudantes conhecessem todo o funcionamento de um centro de dados. Tendo conhecimento de que haveria um plantio de árvores por parte da empresa, a Vereadora também solicitou ao Data Center Itaú/Unibanco, na pessoa da Superintendente Luciane Nicola, que as crianças dos bairros adjacentes ao local da empresa, Bairros Maria Beatriz, Parque Real I e II, fossem envolvidas na tal educação ambiental, objetivando integração social, o que havia sido deferido pela superintendência, deixando a Vereadora com grandes esperanças. Com relação à visita ao Bispo Diocesano, Dom Pedro Carlos Cipollini, para trato de assuntos referentes ao Educandário Nossa Senhora do Carmo, a Vereadora salientou que nada mais acrescentaria à fala do Edil Luis Antônio Guarnieri, que já havia exposto os fatos, e que, o momento era



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de se pensar adiante, em como arrecadar fundos para a construção da nova sede da entidade, que abrigava cento e vinte crianças. “Não penso que este seja um problema só da Prefeitura, que pode espalhar as crianças pelos bairros, colocando-as nos vários projetos existentes na cidade, mas ocorre que o educandário é uma entidade de finalidade religiosa e catequética, sustentado por pessoas da sociedade que gostam desse trabalho, fazem-no gratuitamente e desejam continuá-lo, portanto, estou dando todo o meu apoio ao Educandário, além da solicitação de verbas”, explicou. Com relação à Feira da Madrugada, a Vereadora destacou que haviam feito “carnaval em cima de coisa simples”, porque se tratava de um evento particular. “Então, quer dizer que ninguém pode alugar um local de sua propriedade, por que o Governo Municipal tem que dar a ordem para a pessoa alugar o próprio barracão, particular, para o fim que desejar?” inquiriu a Vereadora e encerrou, perguntando onde estava a democracia. “Onde está a democracia? Isto, para mim, foi ditadura”, disse, concluindo seu discurso. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Jorge Setoguchi, que deu as boas vindas ao professor Josmar Aparecido Souza, da matéria de Filosofia, do Colégio Objetivo de Mogi Mirim, presente com seus alunos nas dependências do Poder Legislativo Mogimiriano. “Parabéns pela iniciativa de trazer os alunos aqui, para que adquiram maiores conhecimentos sobre política e o Poder Legislativo da cidade”, completou. Depois, versou sobre uma sua indicação apresentada, através da qual sugeriu a limpeza do leito do Córrego Lavapés, onde havia muito capim crescendo e, com a proximidade do período chuvoso, a sujeira poderia acarretar enchentes. “Também queria dizer aos alunos do Colégio Objetivo, que eu fiz indicação para que as ruas adjacentes à escola se tornassem mão única de direção”, destacou, concluindo sua fala. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires. Este, primeiramente, falou a respeito do fechamento das APAEs, afirmando ter conversado com os deputados do PPS, Estadual David Zaia e Federal Arnaldo Jardim, solicitando-lhes empenho contra o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

fechamento das APAEs. Depois, comentou ofício, oriundo do Gabinete do Prefeito, resposta para sua indicação de implantação do Restaurante Um Real em Mogi Mirim, classificando-a como chula, porque trazia a afirmação de que a implantação do tal restaurante só era possível nas cidades acima de cem mil habitantes, o que não era o caso de Mogi Mirim. “Mas várias cidades ao nosso redor já têm o Restaurante Um Real e, na verdade, a resposta é chula, porque o Gabinete está confundindo o Restaurante Um Real com o Bom Prato, programa governamental do Estado, para cidades com maior população”, explicou o Edil, ao mesmo tempo em que também afirmou que, como sua minuta havia sido rejeitada, que ele ingressaria com o projeto de lei, na Casa, para a implantação do Restaurante Um Real, solicitando, inclusive, o apoio dos Pares para aprovação da matéria. A seguir, falou dos pontos de taxis existentes na cidade, que estavam uma pouca vergonha, lembrando que estivera com o Prefeito, em 12 de janeiro do corrente, solicitando-lhe a revitalização dos pontos, que “estavam caindo em cima da cabeça dos taxistas”, mas que, até agora, nada havia sido feito. “O Prefeito foi lá, nos pontos de taxis, e prometeu aos taxistas, logo, eu peço que o secretário tome providências urgentes para sanar este problema”, frisou. Com relação à saúde, o Vereador recordou ter apresentado requerimento, solicitando, via Consórcio Intermunicipal de Saúde 08 de Abril, o número de médicos estrangeiros credenciados no sistema de saúde terceirizado pela Prefeitura, e que, sobre esta solicitação, recebera outra resposta que não lhe agradara. “Resposta do Prefeito Stupp, que é o Presidente do Consórcio, dizendo que havia somente um médico, Marco Antonio Augusto Carrasco, de origem peruana, atendendo na rede, mas eu mesmo já deparei com três médicos estrangeiros, logo, não existe somente um”, destacou. Prosseguiu, salientando que desejava, realmente, tal informação, uma vez que a reclamação da população era geral, porque não compreendia a linguagem dos médicos oriundos de outros países. “Espero que o Prefeito mande o informe de quantos são os médicos e os respectivos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

CRMs, registro funcional, para que possamos passar os dados à população, que frequenta a Santa Casa e os postos de saúde”, explanou, finalizando sua fala. A próxima oradora a fazer uso da palavra foi a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que iniciou, tecendo críticas à administração municipal, afirmando que mesmo depois de nove meses de governo, ela ainda andava “sem rumo”; não se sabia quem realmente mandava, ou quem ordenava as decisões administrativas. Analisou o caso da Feirinha do Brás, salientando que o barracão, onde se realizara a feira, podia ser particular, mas que havia um compromisso, firmado entre a Prefeitura Municipal e a Presidência da Associação Comercial e Industrial de Mogi Mirim, selado no Plenário da Câmara, com todos os comerciantes, a palavra do Secretário de Governo, Gabriel Mazon, estabelecendo que feirinhas desse tipo não mais ocorreriam na cidade. Explanou que Mogi Mirim lutava para desenvolver o seu comércio e que, tais feirinhas não traziam qualquer benefício ao comerciante local, que há quarenta anos deixava seus tributos na cidade, mas, muito pelo contrário, penalizava-o. “E a ACIMM e o Sindicato do Comércio Varejista – SICOVAMM obtiveram o compromisso do Prefeito de que tais feirinhas não mais se realizariam, mas ocorreu, então, não sabemos quem dirige esta cidade, de fato, e esta administração só dá tiro no próprio pé”, declarou. Com relação à Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, a Edil afirmou que a situação era, de fato, comprometedor, bem como eram difíceis os problemas de segurança na cidade. “Temos problemas de segurança, e o Prefeito nunca se encontra; ele era esperado hoje, para uma reunião com membros da ACIMM e ele não apareceu na reunião”, colocou. Conclamou a população jovem, presente nas galerias, para que acompanhasse as coisas que estavam acontecendo na cidade, pois eram jovens também os que hoje a dirigiam, infelizmente, com atitudes irresponsáveis, quando era a população a ser, constantemente, penalizada. Por fim, disse que se manifestava contrariamente ao acontecido, em relação à Feira do Brás, e pediu o afastamento do Gerente de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Cultura, André Mazon. “Havia o compromisso do Secretário de Governo, e o Gerente de Cultura, André Mazon, proprietário do barracão onde se deu o evento, ingressou na Justiça contra a Prefeitura, acionando o Município e conseguindo uma liminar, quando sabemos, todos, que ele é um comissionado da própria Prefeitura, logo, entendemos, no mínimo, que deva se dar seu afastamento do cargo que ocupa”, frisou, encerrando seu discurso. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Benedito José do Couto que, desde logo, cumprimentou e apresentou aos demais o professor Josmar Aparecido de Souza, da matéria de Filosofia, do Colégio Objetivo, em visita à Câmara, juntamente com os alunos do ensino médio daquela unidade escolar. “Parabéns ao professor, pela iniciativa, porque os alunos estão aqui, exercendo o papel de cidadania, quando sabemos é preciso fazer parte da política, para ajudar o desenvolvimento da cidade onde moramos”, destacou. Na sequência, o Vereador comentou sobre indicação que apresentara, sugerindo estudos para implantação de um Centro Médico Infantil em Mogi Mirim, afirmando que lutaria por tal conquista, buscaria os recursos necessários e que, pediria ajuda ao Deputado Chico Sardelli, político que já havia demonstrado ser de grande ajuda para Mogi Mirim. “Gostaria que o Centro Médico Infantil fosse um local – e eu vou lutar para isso – onde as crianças acamadas tivessem entretenimento, brinquedos para sua descontração, almejando que tenham atendimento humanizado, e sabemos que tal conquista pode ser difícil, mas nada é impossível, quando há luta”, declarou. O Vereador Benedito José do Couto falou também sobre a questão da Santa Casa, afirmando ter estado com o Prefeito, no período da manhã, em reunião, juntamente com representantes do hospital, para discussão dos problemas administrativos da Santa Casa. “E foi uma conversa muito boa, houve diálogo,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

coisa muito diferente do que ocorreu na administração passada, quando a Santa Casa foi invadida com autoritarismo, porém, sem nada resolver-se, pelo contrário, trazendo um problema maior ainda, e eu fico admirado em ver a sensibilidade do Prefeito Luís Gustavo Stupp”, colocou. O Vereador afirmou, que se o Prefeito não tinha comparecido à reunião, mencionada pela Vereadora Maria Helena, era, certamente, porque estivera noutra compromisso, e destacou que não tinha qualquer dúvida de que o Prefeito Gustavo Stupp faria uma administração muito boa. Com relação à fala do Vereador Cinoê Duzo, que sugeriu a implantação de um miniterminal de ônibus urbano no Espaço Cidadão, o Vereador Benedito José do Couto esclareceu a existência de uma proposta diferente, por parte da administração, a qual tinha a concordância do proprietário do terreno do antigo casarão Tavares Leite, localizado na esquina do Jardim Velho, para construção do miniterminal sem qualquer custo à administração, no sistema de exploração do local. “É uma ideia inteligente do Prefeito, que vai construir algo melhor para o Município, sem gastar o dinheiro público, e o terminal vai ser construído na esquina da Praça Floriano Peixoto, porque foi feita pesquisa entre os usuários do sistema e a maioria quer vê-lo instalado no Jardim Velho, logo, a sensibilidade do prefeito acatou a decisão do povo”, explicou, encerrando seu discurso. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, que também abordou o assunto da Feira do Brás. “Se houve desencontro de informações, ou desentendimento entre as pessoas, eu não posso saber, pois não participei de reuniões sobre a tal feira, não posso falar se um está certo, ou aquele, errado, mas o problema, realmente, é outro: se vai continuar acontecendo em Mogi Mirim, o evento tem que ser regulamentado, porque se trata de uma feira, que é fixa, não itinerante, portanto, o dinheiro comercializado na feira tem que ficar na cidade”, explanou. O Edil disse que o que tinha lhe causado estranheza havia sido a fala da Vereadora Márcia Róttoli, que colocara que qualquer particular poderia alugar um imóvel próprio,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

para um evento, quando todos sabiam que não era realmente assim, porque todo evento a ser realizado na cidade tinha, necessariamente, que obter, para sua realização, alvará de funcionamento, via Prefeitura Municipal. “Não é assim que funciona, porque todos os eventos necessitam de alvará: festa junina, carnaval e até igreja!”, frisou. O Vereador não desejou ingressar no mérito da questão, mas acreditava que a realização da feira havia trazido uma concorrência desleal ao comércio, em virtude dos impostos cobrados dos comerciantes mogimirianos, e ratificou que para futuras realizações desse tipo, o evento deveria ser regulamentado. “Agora, é um absurdo a Vereadora dizer que qualquer um pode alugar e fazer o que quer, porque aqui não é a ‘Casa da Mãe Joana’ e o André Mazon, pasmem! Tem um cargo comissionado e de confiança na Prefeitura, sabemos que é o Gerente de Cultura, segundo escalão de governo, e ele ingressou contra o Município e conseguiu liminar, algo que nunca vi na vida e temo que a moda pegue”, aclarou. Enfatizando que a Prefeitura tinha que esclarecer totalmente os fatos ocorridos, o Vereador encerrou sua participação. “A prefeitura vai ter que esclarecer os fatos à população, porque a impressão que se tem é a de que há falta de comando na Prefeitura e pegou muito mal para a administração pública municipal”, concluiu. Ato contínuo, fez uso da palavra, como Líder, o Vereador Leonardo David Zaniboni, que se dirigiu aos alunos do Colégio Objetivo, presentes nas galerias, para explicar que o Vereador Jorge Setoguchi e ele haviam apresentado sugestão, encaminhando abaixo-assinado, coletado entre os alunos da referida escola, para mudança de mão de direção, para única, nas ruas acima e abaixo da unidade escolar, na tentativa de amenizar o trânsito no entorno, nos horários de pico, entradas e saídas de alunos, esperando, para breve, a alteração nas vias. Sobre outro assunto, o Vereador relatou visita que fez à FATEC Arthur Azevedo, lembrando que a FATEC havia conseguido, do Governo do Estado, novas máquinas, tipo torno, para a prática dos alunos, e que, os barracões da faculdade não tinham condições físicas para a instalação das



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

máquinas. “O piso de um dos barracões não é adequado, razão pela qual estou apresentando um requerimento, pedindo que a Prefeitura execute a obra no piso, porque são seis máquinas novas, num valor aproximado de quatrocentos mil reais, que estão paradas, sem qualquer utilização, quando é muito simples o reparo a ser feito, basta colocar uma base de cimento, com uma pequena sapata de ferro”, explicou o Edil do PR. Sobre o Complexo Lavapés, o Vereador Leonardo Zaniboni lembrou aos presentes que também ele havia apresentado sugestão para o logradouro, especificamente, para que as ruas no entorno fossem fechadas para o trânsito de veículos, aos domingos, até meio dia. Por fim, o Vereador comunicou a todos o falecimento do Senhor João Luiz Ferreira Porto, dado há pouco, solicitando, desde logo, fosse guardado um respeitoso Minuto de Silêncio pelo passamento do ilustre cidadão, ao final dos trabalhos da noite. Também fez uso da palavra, como Líder, o Vereador Cinoê Duzo, para explicar aos alunos do Colégio Objetivo, de forma didática, no que consistia a Tribuna Livre da Câmara Municipal, aclarando que os jovens poderiam dela participar, uma vez que estivessem regularmente inscritos. “Também quero aproveitar e dizer, que é mais fácil encontrar o Mister ‘M’ do que o Prefeito Municipal, que o Usain Bolt, considerado por muitos o maior velocista do planeta, tem um concorrente aqui, em Mogi Mirim, que é o Prefeito Stupp, que também corre muito”, tripudiou o Vereador. O Vereador ainda comentou sobre a Feira do Brás, dizendo que nada tinha contra a sua realização, mas inquiria, no momento, quem era que estava ‘dando as cartas’ na Prefeitura. “A questão é quem assina, quem assume, quem dá as cartas neste governo, porque a pessoa que foi às ruas pedir voto é a mesma que está se omitindo da responsabilidade, em relação a qualquer evento na cidade, seja ele simples, ou complexo, e a Vereadora Maria Helena lembrou muito bem do compromisso, da palavra empenhada junto à ACIMM e ao SICOVAMM, de que eventos desse tipo não mais aconteceriam na cidade e aconteceu, e tanto foi, que os responsáveis desapareceram da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

cidade, o Gerente de Cultura é o dono do local, logo, pode ser legal, mais foi imoral, uma história mal explicada”, salientou o Edil. Com relação à mudança de regime dos servidores públicos de Mogi Mirim, o Vereador Cinoê Duzo afirmou que os funcionários não desejavam a mudança do regime e que o Governo Municipal estava tentando forçar a alteração a qualquer custo. “O Prefeito quer mudar uma regra, mas se trata de uma regra muito complexa, que mexe com a vida de muitos, e fica, então, a minha indignação com mais este desgaste desnecessário, esta desinteligência do Governo Municipal, que não percebe que está tentando fazer algo absolutamente contrário ao desejo de seus funcionários”, disse, concluindo. O próximo Vereador a fazer uso da palavra foi o Vereador João Antonio Pires Gonçalves para *solicitar, conforme estabelece o Artigo 1º, § 1º, I, realização da Tribuna Livre entre o “Expediente” e a “Ordem do Dia”, o que foi aprovado unanimemente pelo Plenário. Posto isto, o Sr. Presidente deu ciência ao Plenário, através de sua leitura, do **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 7 (sete), de SESSÃO EXTRAORDINÁRIA** da Câmara Municipal, para logo após o encerramento da Vigésima Nona (29ª) Sessão Ordinária, em curso, destinada, na “Ordem do Dia”, à discussão e votação das seguintes matérias: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 111, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre incorporação, ao perímetro urbano do Município de Mogi Mirim, de área de terreno de propriedade de Whouse Serviços Administrativos Ltda. ME, e dando outras providências, objetivando a implantação de condomínio industrial”; 2. Projeto de Lei nº 114, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas, criando o Comitê Gestor de Parcerias Público-Privadas do Município de Mogi Mirim – CGPPP/MM e autorizando o Poder Executivo a instituir Fundo de Garantia de Parceria Público-Privada Municipal – FGPPPM”; **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do***



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Regimento Interno: 3. Projeto de Lei Complementar nº 09, de 2013, de autoria da Mesa da Câmara, “dispondo sobre a criação de cargo efetivo de Recepcionista da Câmara Municipal de Mogi Mirim, e dando outras providências”; **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 4. Projeto de Lei Complementar nº 07, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre alteração de dispositivo da Lei Complementar nº 207/06, que estabeleceu o Estatuto do Magistério Público Municipal”, ficando, pois, todos os Vereadores convocados. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20h01, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). No intervalo, conforme requerimento verbal do Vereador João Antonio Pires Gonçalves, aprovado por unanimidade de votos, o Senhor Presidente passou à parte dos trabalhos reservada à “**TRIBUNA LIVRE**”, e deu ciência à Casa da existência de orador regularmente inscrito, conforme Artigo 116, do Regimento Interno, e Resoluções nºs. 135/89, 223/99 e 241/02 da Câmara Municipal. Desta forma, o Sr. Presidente da Câmara convidou, para que adentrasse ao Plenário, o Senhor *Antonio Maciel, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Mogi Mirim*, para versar sobre a mudança do regime trabalhista dos servidores públicos, cujo discurso foi gravado em formato digital, à disposição nos arquivos da Casa por trinta dias. Decorrido o interstício regimental a que se refere o dispositivo 105 do Regimento Interno, e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual constatou-se a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da “**ORDEM DO DIA**”, submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno: 1. Projeto de Lei nº 23, de 2013**, de autoria do Vereador Waldemar Marcurio Filho, “dispondo sobre princípios de atuação preventiva no combate



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

aos entorpecentes no ambiente escolar, e dando outras providências”; (colocado a votos em Sessão de hoje, Segundo (2º) Turno, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 23/2013, do Vereador Waldemar Marcurio Filho); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); **2. Projeto de Lei nº 94, de 2013**, de autoria do Prefeito Municipal, “reestruturando o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), e dando outras providências; (submetido a votos em Sessão de hoje, Segundo (2º) Turno, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 94/2013, do Prefeito Municipal); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno: 3. Projeto de Lei Complementar nº 09, de 2013**, de autoria da Mesa da Câmara, “dispondo sobre a criação de cargo efetivo de Recepcionista da Câmara Municipal de Mogi Mirim, e dando outras providências”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento; (submetido a votos em Sessão de hoje, Primeiro (1º) Turno, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei Complementar nº 09/2013, da Mesa da Câmara Municipal); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo (2º) Turno); **4. Projeto de Lei nº 96, de 2013**, de autoria do Prefeito Municipal, “estabelecendo procedimento de controle ambiental para utilização, armazenamento, ou transporte de produtos em subprodutos florestais de origem nativa, inclusive o carvão vegetal nativo, no Município de Mogi Mirim”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação, Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas e de Finanças e Orçamento; (colocado a votos em Sessão de hoje, Primeiro (1º) Turno, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 96/2013, do Prefeito de Mogi Mirim); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo (2º) Turno). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Como a primeira



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

inscrita, Vereadora Dayane Amaro Costa, desistisse da palavra, fez uso da mesma o Vereador Luís Roberto Tavares, para comentar a aposentadoria da funcionária do Poder Legislativo Municipal, Marisa Zambinatti Rosa, ocorrida no dia 06 de setembro último, servidora que por muitos anos havia sido a telefonista/recepcionista da Câmara, sempre atendendo a todos com respeito, simpatia e um sorriso no rosto. Justificando sua ausência nos festejos correlatos, em virtude de viagem a São Paulo, o Vereador desejou sucesso para a ex-funcionária, agora aposentada, na nova jornada de vida, e encerrou sua participação. O próximo orador foi o Vereador Daniel Gasparini dos Santos, que comentou o anúncio da construção de mil casas populares, conseguidas junto à Secretaria Estadual de Habitação, trabalho conjunto dos Vereadores Maria Helena Scudeler de Barros e demais membros do PSDB, bem como do Prefeito Luís Gustavo Stupp. “Viajamos até São Paulo, a Vereadora Dayane Amaro, a Vereadora Maria Helena Scudeler, também este Vereador, fomos à Secretaria de Habitação, com o Prefeito Municipal, e confirmo o anúncio de mil casas populares para Mogi Mirim, para pessoas com renda de até mil e setecentos reais/mês, mas alerta de que é necessário ver onde as casas serão edificadas, para que não tenhamos um novo Residencial Floresta, loteamento sem infraestrutura alguma”, enfatizou. Para finalizar, o Vereador do PV parabenizou o Gerente de Esportes, Dirceu Paulino, que estava realizando um excelente trabalho de iniciação ao esporte com as crianças do Município. “Ficamos mais de cinco anos sem escolinhas de futebol e ele está resgatando isso, principalmente, no Jardim Planalto, com cerca de cento e vinte crianças e adolescentes que vão de ônibus para a ETEC e FATEC, para o treino nos campos de futebol e nos ginásios, num trabalho muito bom, portanto, eu o parabenizo pela iniciativa”, disse, encerrando seu discurso. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que enfatizou as palavras do Vereador Daniel Santos, a respeito do Gerente de Esportes, Dirceu Paulino, destacando que, de fato, estava executando



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

um excelente trabalho, mesmo com os poucos recursos de que dispunha. Na sequência, falou a respeito de resposta à indicação que havia feito, reiterando pedido de construção de um velório municipal, no Distrito de Martim Francisco. “A resposta relata que tivemos apenas trinta e um óbitos, o que não justificaria a intenção, mas eu não estou perguntando o número de falecimentos, eu estou solicitando a construção do velório, porque, já por duas vezes, tive que conseguir transporte particular, para trazer as famílias sem recursos ao velório de seus entes queridos, em Mogi Mirim, que fica a uma distância relativamente boa do distrito”, colocou. O Vereador aclarou que a Associação Comunitária de Martim Francisco, possuía sede própria, onde havia uma sala, que poderia ser adequada à função de câmara ardente. “A associação comunitária tem um espaço, e a administração poderia fazer a adequação, através de um acordo com a associação comunitária, porque muitos munícipes não têm condições de vir até Mogi Mirim, para velar os parentes, e, na última vez, eu tive que pedir emprestado um micro-ônibus, para fazer o traslado”, salientou. Por fim, também versou a respeito de seu requerimento, através do qual encaminhou, ao Prefeito Municipal, minuta de projeto de lei, que dispõe sobre avaliação, prevenção e tratamento dentário dos alunos da rede municipal de Mogi Mirim. “Também encaminhei essa minuta de projeto, em relação à parte bucal das crianças, e a dentista da rede, presente nas galerias, contou-me que já há um trabalho neste sentido, executado pelos Centros Municipais de Primeira Infância de Mogi Mirim – CEMPIs e que me traria maiores detalhes na próxima sessão, então, aguardarei por mais informações da dentista, para depois discutir esta ideia, mesmo porque o nosso foco são as EMEBs”, finalizou, agradecendo também à dentista, pela pronta informação. Como o próximo inscrito, Vereador Cinoê Duzo, desistisse da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, a Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira que se reportou à nota, publicada na coluna Plantão Eletrônico, do jornal A Comarca, edição do último final de semana, que trazia uma reclamação de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

munícipe, contra a falta de medicamentos nos postos, e outra, contra a falta de passes de ônibus. “Eu penso que os responsáveis pelo setor de compra não devam deixar acabar o estoque, para somente depois abrir nova licitação, objetivando compras de emergência de, por exemplo, medicamentos, e passes, estes últimos, imprescindíveis à população que busca tratamento médico em outros municípios, mas o setor responsável deve fazer de modo a que as licitações ocorram antes do término dos materiais, para que se evite o corte no fornecimento, e eu espero solução para este problema, que persiste”, disse, encerrando sua fala. Como os próximos inscritos, Vereadores Luís Antônio Guarnieri, Márcia Róttoli de Oliveira Masotti e Jorge Setoguchi, desistissem da palavra, dirigiu-se à tribuna o Vereador Laércio Rocha Pires. Este noticiou como concretizada verba de cinquenta mil reais, destinada à entidade Casa de Santo Antonio, verba com a qual a entidade havia adquirido um veículo, tipo Saveiro; duas televisões, tipo LED, uma máquina de lavar industrial e uma geladeira industrial. Sobre outro assunto, o Vereador do PPS destacou haver ingressado com requerimento, solicitando ao Gabinete do Prefeito, que informasse quais os deputados e vereadores que haviam conseguido verbas em benefício da cidade, nos dois últimos anos decorridos. “Porque tem Vereador que vem à tribuna, conta uma história para inglês ver e, de repente, você não vê nada, dinheiro nenhum”, pontuou, encerrando. Usou da palavra, na sequência, a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que comunicou sua renúncia como membro da Comissão de Justiça e Redação, que se deu através de ofício, encaminhado à Presidência da Câmara, em 06 de setembro último. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio que também comentou a aposentadoria da funcionária Marisa Zambinatti Rosa. “Eu queria agradecer à Marisa Zambinatti, que se aposentou na sexta-feira passada, pelos anos de serviço na Casa, sempre muito prestativa, nunca houve o menor desleixo, então, deixo meus parabéns à ela e lhe desejo muita saúde e felicidade agora, que se aposentou do quadro de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

servidores do Legislativo Mogimiriano”, salientou, concluindo sua breve participação. Não havendo mais Vereadores inscritos, para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso MINUTO DE SILÊNCIO pelo passamento do Senhor *João Luiz Ferreira Porto* e da criança *Vitória G. Souza Barbosa*. Cumprida dita providencia e nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h25, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM